



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DISTRITAL DE IBATÉ
VARA ÚNICA
RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0000041-93.2013.8.26.0233**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Indenização por Dano Material**
 Requerente: **Priscila Maria de Mello**
 Requerido: **Vivo Telefônica Brasil Sa**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Eduardo Cebrian Araújo Reis**

Vistos.

PRISCILA MARIA DE MELLO move ação indenizatória em face de TELEFÔNICA BRASIL S.A. Alega, em essência, que é proprietária de estabelecimento comercial que atua no ramo de entrega de lanches em domicílio, necessitando dos serviços de telefonia prestados pela ré para o sucesso de sua atividade empresarial. Afirma que a partir do dia 19 de agosto de 2013 permaneceu pelo período de quatro dias sem acesso ao serviço, experimentando danos materiais e morais. Requer a condenação da ré ao pagamento da indenização correspondente.

A requerida ofereceu resposta às fls. 21/25 apontando a aplicabilidade, à situação em exame, do princípio "pacta sunt servanda", asseverando que não praticou ato ilícito e acrescentando que a autora não suportou danos morais. Pugnou pela improcedência.

Houve réplica (fls. 76/77).

Instadas as partes a especificar provas (fls. 78), a autora postulou a designação de audiência (fls. 81) e a ré expressou a aquiescência com o julgamento no estado (fls. 83).

É o relatório.
 Fundamento e DECIDO.

Retifique-se o polo passivo, consoante requerido a fls. 21.

O feito comporta julgamento imediato, pois desnecessária a produção de outras provas.

A ação é parcialmente procedente.

Autora e ré enquadram-se nos conceitos de consumidor e fornecedor a que se referem os artigos 2º e 3º da Lei 8.078/90.

Além disso, segundo as regras ordinárias de experiência, verifica-se a menor aptidão da requerida para a produção das provas necessárias à efetivação de seu direito, caracterizando a hipossuficiência técnica a ensejar a inversão do ônus da prova (artigo 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor).


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DISTRITAL DE IBATÉ
VARA ÚNICA
RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Nesse aspecto, a requerida, que postulou o julgamento antecipado (fls. 83) e apresentou contestação desacompanhada de documentos, não se desincumbiu do ônus que lhe competia de demonstrar a incorrência da paralisação imotivada do serviço, o qual se afigurava essencial para o sucesso do empreendimento gerido pela autora.

Há verossimilhança no valor postulado pela requerente a título de indenização por danos materiais, o qual, no mais, não foi impugnado de forma específica pela ré, tornando-se incontroverso.

Da leitura da petição inicial, depreende-se que o lucro bruto médio da empresa correspondia a R\$ 300,00, de modo que o montante a ser restituído deverá corresponder a quatro vezes esse valor. As despesas com a remuneração de entregador e atendentes não integram a base de cálculo.

Em consequência, deverá a fornecedora indenizar a autora pelos lucros cessantes, no montante de R\$ 1.200,00.

Sucedee que o aborrecimento por que passou o autor não configura humilhação, constrangimento ou dor moral a ser indenizada. Saliente-se que o mero aborrecimento, pequenas ofensas e percalços não geram o dever de indenizar. No caso, não houve a perturbação ou humilhação protegidas legalmente e aptas a gerar indenização.

Já decidiu o Superior Tribunal de Justiça que *“só deve ser reputado como dano moral a dor, vexame, sofrimento ou humilhação que, fugindo à normalidade, interfira intensamente ao comportamento psicológico do indivíduo, causando-lhe aflições, angústias e desequilíbrio em seu bem-estar. Mero dissabor, aborrecimento, mágoa, irritação ou sensibilidade exacerbada estão fora da órbita do dano moral”* (REsp nº 215.666-RJ, 4ª T., Rel. Min. César Asfor Rocha).

Dessa forma, sob pena de banalização em face dos inúmeros fatos corriqueiros irritantes e desagradáveis por que todos passamos diariamente, não entendo configurado, na hipótese, dano moral indenizável.

Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE** o pedido de indenização por danos materiais, condenando a ré a pagar à autora a quantia de R\$ 1.200,00, atualizada desde o ajuizamento e acrescida de juros de mora de 1% ao mês a partir da citação. De outra parte, **JULGO IMPROCEDENTE** o pleito de indenização por danos morais. A sucumbência é recíproca, de modo que cada parte arcará com as custas processuais a que tenha dado causa e com os honorários de seus advogados.

P.R.I.

Ibaté, 21 de maio de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**